

Constituinte e o papel dos partidos

O PMDB, como partido político, passou os últimos vinte anos, desde os tempos em que atendia pela sigla de MDB, a enxergar na Constituinte o objetivo maior a ser por ele perseguido. A Constituinte foi convocada, não de forma autônoma como queriam a OAB, a CNBB, a ABI e outras entidades da chamada sociedade civil, mas não deixa de ser uma Constituinte. Há quem considere que se trata de uma Constituinte com poderes congressuais, uma vez que a ela serão incorporados os senadores de 82. Mas de qualquer forma o Congresso a ser eleito em novembro deste ano vem aí com poderes constituintes. Com a missão de elaborar para o País uma nova Carta Magna.

Acontece, no entanto, que os interesses regionais estão prevalecendo sobre as preocupações nacionais e com isso a Constituinte foi prejudicada, como fonte de motivação para os debates públicos. Os políticos estão mais preocupados com sua própria eleição ou a dos governadores dos seus Estados do que com a Constituinte. Várias figuras de renome de nossa vida pública já advertiram para os riscos representados por essa omissão. O ideal seria, às vésperas da Constituinte, que todos os cidadãos brasileiros, dos mais próximos aos mais distantes pontos do território nacional, estivessem motivados para a importância e a repercussão em suas vidas da Constituinte. Não que a futura Constituição vá resolver os problemas brasileiros fundamentais, de miséria e má distribuição de renda. Mas trata-se do diploma maior que irá regular a vida dos brasileiros pelas próximas décadas, se a nova Constituição tiver vista longa e estável, como é do desejo geral.

O problema do Brasil é que convivem em nosso território dois países diferentes. Um real, outro aparente. Os dois jamais se fundem, razão pela qual têm sido tortuosos os caminhos de nossa vida institucional, com seguidas interrupções. Começa que hoje, como ontem, nossos partidos políticos não possuem a representatividade política desejável. Mesmo o PT, segundo assinala com propriedade o ex-senador Afonso Arinos, não possui uma certa identidade política, a exemplo dos seus congêneres europeus. As organizações partidárias prescindem do mínimo de representatividade popular. O PMDB, que em certa fase se propôs a ser diferente, padece atualmente dos mesmos males que afligiram no passado a todos os nossos partidos políticos. Vale, a propósito, recordar a velha assertiva cunhada ao tempo do Segundo Império, segundo a qual não há nada mais parecido com um conservador do que um liberal no poder. O PMDB, que pretendia modificar esse tipo de comportamento, se assemelha cada vez com a Frente Liberal. Não há dúvida de que em ambos os partidos existem as famosas exceções. Mas a vida política brasileira continua a se processar dentro dos mesmos moldes e estilos que predominaram no Império como na República, desde o princípio de nossa Independência. Os partidos e os políticos, com as exceções de praxe, mobilizam-se exclusivamente em torno de cargos. O PMDB e a Frente Liberal têm como razão principal de suas divergências, não as bandeiras políticas desfraldadas em suas campanhas, mas a disputa em torno de cargos na Previdência Social ou do delegado de polícia no município em que têm assentadas suas bases eleitorais. Como o PMDB exerce no momento o controle sobre a Previdência Social, os políticos do partido estão detendo o controle da maioria dos empregos ali disponíveis.

O senador Pedro Simon está tentando, junto com outros dirigentes do PMDB, promover uma reação interna contra essa grave doença, pois teve sensibilidade suficiente para perceber que se persistir nessa rota o seu partido estará cavando sua própria sepultura.